

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM SALA DE AULA: PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA

Regina Célia Pereira da Silva¹

RESUMO: O presente trabalho faz uma breve reflexão acerca do conceito do letramento e da alfabetização no âmbito da realidade educacional brasileira. O mesmo discutirá também a intrínseca relação entre alfabetização em contextos de letramento na sala de aula, rompendo uma dicotomia historicamente construída ao longo da história da alfabetização no Brasil. Para tal é apresentado o resultado da pesquisa bibliográfica realizada com vistas à fundamentação teórica. Nesse contexto, é mister que os profissionais da educação comprometidos com um ensino de qualidade, estejam constantemente refletindo a sua práxis pedagógica e sobre que tipo de educação estão oferecendo às nossas crianças: se é a que aliena ou liberta.

10214

Palavras – Chave: Alfabetização e Letramento. Prática Social. Leitura e escrita.

ABSTRACT: En este trabajo se hace una breve reflexión sobre el concepto de la alfabetización y la alfabetización dentro de la realidad educativa en Brasil. Lo mismo se discutirá la relación intrínseca entre los contextos de alfabetización de la alfabetización en el aula, rompiendo la dicotomía construida históricamente a lo largo de la historia de la alfabetización en Brasil. Con este fin se presenta el resultado de la búsqueda bibliográfica se llevó a cabo con el fin de teórica. En este contexto, es imperativo que los profesionales de la educación comprometidos con la educación de calidad, en constante reflexión sobre su praxis pedagógica y el tipo de educación que proporcionan a nuestros hijos: una es que enajena o liberaciones.

Palabras - clave: Alfabetización y alfabetización. Práctica Social. La lectura y la escritura.

¹ Mestrado em educação, Unasur.

INTRODUÇÃO

No longo de vários anos, a alfabetização escolar vem passando por várias mudanças no cenário educacional brasileiro, exigindo que a escola e, sobretudo, os profissionais que lidam com o desafio de alfabetizar, estejam refletindo constantemente a sua ação.

Neste sentido, este artigo tem como objetivo primordial discutir a relação existente entre alfabetização e letramento dentro da realidade educacional brasileira. O mesmo fomentará uma discussão relevante e pertinente referente ao processo de alfabetização em contextos de letramento dentro da sala de aula.

Dessa forma, explicita-se que a pesquisa será condizente e propícia para a sociedade do conhecimento haja vista que evidenciará e elucidará indagações e questionamentos a respeito do conceito de alfabetização em contextos distintos de aprendizagem, uma vez que ambos se restringiam a tão somente ao ensino e a aprendizagem da tecnologia da escrita, ou seja, do sistema alfabético da escrita.

Desse modo, predominou-se uma visão fragmentada a respeito desses dois termos, o que em linhas gerais significava a capacidade de codificação e decodificação.

Não obstante, a partir dos anos de 1980, do século passado, o conceito de alfabetização foi ampliado e discutido tendo em vista as contribuições dos estudos realizados por Emília Ferreira e Ana Tiberovsky no que se refere a aquisição da língua escrita. 10215

Em suma, o termo alfabetização passou desde então a designar o processo de não apenas ensinar as habilidades de codificação e decodificação, mas também o domínio dos conhecimentos que permitem o uso dessas habilidades nas práticas sociais de leitura e escrita.

Em síntese, constatou-se que de acordo com esses estudos denominados a “Psicogênese da língua escrita”, o aprendizado da língua escrita não se resumiria a simplesmente ao domínio de grafemas e fonemas, isto é, decodificação e codificação passaram, entretanto, a caracterizar como sendo um processo ativo, por meio do qual as crianças, desde os seus primeiros contatos com a escrita, construiriam e reconstruiriam hipóteses sobre a natureza e o funcionamento da língua escrita, compreendida como um sistema de representação.

Partindo desse pressuposto, procurou-se realizar um estudo teórico acerca da problemática: como alfabetizar na perspectiva do letramento.

As principais obras norteadoras desse estudo estão localizadas em Magda Soares (1998), Marlene Carvalho (2005); Cagliari (1998); Maria Inês Bizzoto (2010), pois por se tratar de um estudo teórico, fez-se mister uma revisão bibliográfica concernente ao tema, haja vista que

conhecer e analisar as principais contribuições teóricas é relevante a quaisquer tipos de pesquisa qualitativa.

Para a elucidação da problemática acima apresentada, foram abordados aspectos teóricos relacionados à prática da alfabetização em sala de aula, buscando associar teórica e prática, uma vez que é algo indissociável.

I. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: BREVE HISTÓRICO

Durante muito tempo, o conceito de alfabetização ficou relacionado à ideia de que para aprender a ler era preciso apenas a capacidade de decodificar os sinais gráficos da língua, transformando-os em sons, e de que para aprender a escrever era mister apenas desenvolver a habilidade de codificar os sons da fala, transformando-os em sinais gráficos.

Não obstante, a partir dos anos de 1980 do século passado, o conceito de alfabetização foi discutido e ampliado tendo em vista as contribuições dos estudos da psicogênese da língua escrita, particularmente com os trabalhos desenvolvidos por Emilia Ferreiro e Ana Tiberovsky.

De acordo com esses estudos, o aprendizado do sistema de escrita não se resumiria a tão somente ao domínio de correspondências entre grafemas e fonemas, isto é, a codificação e decodificação, pelo contrário, se caracterizaria como sendo um processo ativo por meio do qual 10216 as crianças construiriam hipóteses sobre a natureza e o funcionamento da língua escrita, compreendida, sobretudo, como um sistema de representação.

De acordo com GAGLIARI (1998), o processo de alfabetização inclui muitos fatores e, quanto mais ciente estiver o professor de como se dá o processo de aquisição de conhecimento, de como uma criança se situa em termos de desenvolvimento, de modo como vem evoluindo o seu processo de interação social, da natureza da realidade linguística envolvida no momento em que está acontecendo à alfabetização, mais condições terá esse professor de encaminhar de forma agradável e produtiva o processo de aprendizagem, sem os sofrimentos habituais.

Dessa forma, percebe-se que o conceito de alfabetização é ampliado, chamando a atenção não apenas para o domínio da prática de ler e escrever, ou seja, codificar e decodificar, mas, sobretudo, para o uso dessas habilidades em práticas sociais em que ler e escrever são fundamentais e imprescindíveis.

Nesse sentido, faz-se necessário que a alfabetização aconteça de forma sistematizada em contextos distintos de letramento ou alfabetizar letrando.

Na visão de SOARES (1998), letramento é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita; é o estado ou condição que adquiriu um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais.

Em síntese, comprehende-se explicitamente que o conceito de letramento está na ideia de que o domínio e o uso da língua escrita trazem consequências sociais, culturais, linguísticas entre outras, para o grupo social onde os sujeitos estão inseridos.

Desse modo, é necessário considerar as possíveis consequências políticas ou culturais da inserção das crianças no mundo da escrita, uma vez que esta favoreceria uma leitura crítica das relações sociais produzidas e reproduzidas na sociedade.

Por conseguinte, é mister que as práticas em sala de aula constituam um ambiente alfabetizador e desafiador para que a criança possa compreender a função social da leitura e da escrita.

Diante do exposto, salienta-se que letramento é um processo contínuo e abrangente, que tem início quando a criança começa a conviver e se relacionar com as distintas manifestações da escrita na sociedade, a saber: rótulos, placas, sinais, símbolos, revistas, jornais, folhetos, anúncios, dentre outros.

Salienta-se que esse processo não tem em fim em si mesmo, porém se alonga por toda 10217 a vida do indivíduo, permitindo assim a crescente possibilidade de participação nas práticas que envolvem o uso dessas habilidades.

Logo, é importante frisar que alfabetização e letramento são processos indispesáveis indissociáveis quando se leva em consideração as aprendizagens da leitura e da escrita em situações reais da vida prática.

Para SOARES (1998) a entrada da criança no mundo da escrita, ocorre simultaneamente por esses dois processos: “a alfabetização desenvolve no contexto de e por meio da aprendizagem das relações fonema/grafema, isto é, em dependência da alfabetização”.

Nesse sentido, essas duas habilidades inerentes tornam-se imprescindíveis e relevantes para garantir a inserção e a participação efetiva nas sociedades letradas, a alfabetização e o letramento são, portanto, processos diferentes, mas complementares e inseparáveis.

Desse modo, é importante assegurar às crianças tanto a apropriação do sistema de escrita, como também o domínio das práticas sociais tendo em vista possibilitar que a alfabetização se desenvolva em um ambiente prazeroso, onde as mesmas convivam com variados portadores de textuais ao mesmo tempo em que constroem a base alfabética.

Em síntese, é relevante salientar que é preciso alfabetizar letrando, uma vez que são dois processos simultâneos, inseparáveis, razão pela qual é importante conciliar esses dois instrumentos.

Logo, garantir às crianças a apropriação do sistema alfabético-ortográfico é condição que lhes permitem o uso de língua nas práticas sociais, haja vista que vivem e convivem em uma sociedade permeada de materiais escritos, em que a língua está presente de maneira visível e marcante nas atitudes humanas e diárias.

2. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA SALA DE AULA

O ato de alfabetizar letrando pressupõe que as escolas criem condições e oportunidades de interação com inúmeros gêneros textuais que circulam socialmente, de modo que as crianças se familiarizem com os mesmos e façam uso destes em distintas situações comunicativas.

BIZZOTO (2010) deixa explícito que se a criança pode na escola, preservar a ideia da função social da escrita, isto é, se lhe é sempre garantido compreender que se escreve para comunicar uma ideia, para fazerem-se registros de uso social, a leitura estará também centrada no significado e da função do texto, e na decodificação de seus sinais.

10218

Sendo assim, é necessário que o mediador fomente nas crianças a compreensão de que se escreve para comunicar uma ideia, para fazer registros de uso social, ou seja, escreve-se para um objetivo. Em outras palavras, ler-se e escrever-se para um determinado fim.

Em suma, ressalta-se que o espaço da sala de aula seja um ambiente de fato alfabetizador de modo que as crianças descubram e percebam o significado de cada texto, que sejam instigados a produzir seus próprios textos.

Diante dessa prática, o mediador não pensa nem faz pelo aluno, todavia, a sua função é, sobretudo, criar situações e oportunidades para que eles pensem, falem a respeito de suas experiências e reflitam sobre a língua escrita.

Para CARVALHO (2005), a escola pode contribuir de muitas maneiras para formar indivíduos não apenas alfabetizados, mas também letrados. Desde a alfabetização, apresentar uma ampla variedade de textos, é favorecer um mergulho no mundo da escrita, com exploração de mil e uma possibilidades.

Desse modo, para formar indivíduos letrados e não apenas alfabetizados, é preciso criar situações diversas de aprendizagens, em que os textos que circulam socialmente estejam presentes nas atividades diárias da sala de aula, uma vez que a familiaridade com distintos

gêneros textuais nasce a possibilidade concreta de utilizá-los em inúmeros momentos da vida prática.

Em resumo, o texto torna-se a unidade básica do ensino da língua escrita, tendo em vista que leitura e escrita são atividades que se comprometam, pois se aprende a ler lendo, e a escrever escrevendo. Em outras palavras, são duas aprendizagens concomitantes.

Ademais, faz-se necessário que os indivíduos envolvidos no processo desenvolvam atitudes e disposições favoráveis à leitura, pois a mesma é uma prática social que envolve gestos e habilidades, tanto no que diz respeito ao ato de leitura propriamente dito, como no que tange aos objetivos desse ato.

Segundo SOARES (2004), o uso da habilidade de leitura e escrita para o funcionamento é participação adequada na sociedade, e para o sucesso pessoal, o letramento é considerado como responsável por produzir resultados importantes: desenvolvimento cognitivo e econômico, mobilidade social, cidadania.

Por conseguinte, a escola deve, por isso mesmo, incutir atividades didáticas diárias que visam ao letramento, a saber: redigir um bilhete, apreciar uma poesia, ler jornais e revistas, escrever uma carta dentre outras práticas sociais pertinentes.

Partindo desse pressuposto, é essencial que o mediador adote uma posturaativa, uma vez que a sua função é conduzir o processo tendo em vista a aquisição de habilidades e competências frente ao uso dessas práticas por parte dos educandos. 10219

Mediante o exposto, é pertinente salientar que as crianças tendam a descobrir que os textos escritos têm direcionamento, objetivos e funções sociais distintas, pois são escritos para atingir efeitos de sentido. Quem escreve, escreve para alguém, para um determinado público.

Assim, é válido ressaltar que as práticas de leitura e escrita em sala de aula promovem a formação de indivíduos letrados, que em face disso incuta a construção de habilidades para o efetivo exercício da tecnologia da escrita na vida.

Na visão de BIZZOTO (2010), o professor mediador nessa prática de alfabetização, não pode ser visto apenas como sendo um aplicador de pacotes educacionais ou um mero constatador do que o aluno faz ou deixa de fazer. Ser mediador desse processo significa, antes de qualquer coisa, está entre os conhecimentos e o aprendiz e estabelecer um canal de comunicação entre esses dois pilares.

Para tanto, a ação pedagógica adequada e eficaz nesse processo é aquela que contempla de maneira articulada e simultânea, a alfabetização e o letramento na sala de aula, uma vez que a nossa vida social se organiza em torno da escrita.

Em resumo, no cotidiano dos cidadãos, as práticas de leitura e escrita estão presentes em todos os espaços, a todo o momento, cumprindo diferentes funções sociais.

Em linhas de síntese, é oportuno salientar que trabalhar na sala de aula capacidades e atitudes envolvidas na compreensão dos usos e funções sociais da escrita, implica, sobretudo, disponibilizar às crianças a observação, o manuseio, a apreciação de variados gêneros textuais presentes em diferentes suportes e situações.

Por conseguinte, cabe à escola enquanto instituição social, trabalhar a alfabetização e o letramento considerando as variadas e distintas funções da leitura e da escrita na sociedade, levando os alunos a se posicionarem ativa e criticamente sobre as relações que se estabelecem entre as pessoas na sociedade na qual se encontram inseridas, pois fora de um trabalho de alfabetização pautando e alicerçando na perspectiva do letramento não estaremos formando indivíduos capazes de fazer uso de língua materna em situações distintas da vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do estudo ora realizado, constatou-se que a alfabetização e o letramento eram termos distintos e dissociáveis, o que consequentemente predominou-se uma concepção fragmentada e dicotômica a respeito dos mesmos, ao longo da história educacional brasileira.

10220

Todavia, salienta-se que se vive numa sociedade letrada, impregnada de materiais escritos. Por esse motivo, não basta aos cidadãos apenas saber e escrever textos simples, pelo contrário, é necessário que sejam capazes de exercitar habilidades, atitudes e conhecimentos inerentes à prática de leitura e escrita em distintas situações sociais, como saber localizar e obter informações compará-las em diferentes veículos de comunicação; estabelecer relações entre textos, dentre outras habilidades e competências.

Nesse sentido, cabe à escola formar um sujeito capaz de, em diferentes situações de uso da língua materna, interagir com seus pares, resolver situações, problema da vida, assumindo uma postura ativa, crítica e real de leitor e produtor de textos orais e escritos em diversas situações comunicativas no meio social em que estão inseridos.

Assim, considerando a necessidade de proporcionar às crianças um ensino pautado na perspectiva do letramento, pressupõe uma ação pedagógica voltada e planejada para este fim, com o objetivo de colocá-las em contato direto com os textos que circulam no seu cotidiano, ou que fazem parte da nossa rica diversidade cultural.

Por conseguinte, é mister resaltar que os profissionais de ensino, comprometidos com uma educação de qualidade e libertadora, estejam constantemente refletindo a sua práxis

pedagógica no sentido de conceber um ensino-aprendizagem pautado na perspectiva do letramento, dada as necessidades das práticas sociais, onde leitura e escrita são essenciais ao exercício da cidadania.

Logo, é pertinente explicitar que alfabetizar na perspectiva do letramento, ou letrar alfabetizando pela integração das inúmeras facetas do processo inicial da língua escrita, é sem sombra de dúvida, o caminho mais eficaz e propício para o flagelo e o fracasso da alfabetização no panorama educacional brasileiro, uma vez que as práticas sociais de leitura e escritas são objetivos primordiais de educação.

Em linhas de síntese, vale a pena frisar que as contribuições feitas pretendem, sobretudo, fomentar a todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem uma reflexão e uma análise crítica a respeito do letramento e da alfabetização no contexto educacional brasileiro, e não impor regras a respeito do que devem ou não fazer, muito pelo contrário, espera que este estudo possa contribuir de maneira bastante plausível em relação à problemática em foco, e que o mesmo promove uma mudança de comportamento no que tangem às discussões feitas acima, haja vista que alfabetizar na perspectiva do letramento exige a adoção de posturas e de decisões políticas por parte dos profissionais envolvidos no processo de ensinar e aprender.

Em síntese, espera-se que as considerações ora apresentadas promovam, dentre outros 10221 aspectos uma reflexão acerca das mesmas e uma decisão política construída face às reflexões fomentadas

REFERÊNCIAS

- CAGLIARI, Gladys; CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização sem o babebibobu. Scipione, 1998.
- CARVALHO, Marlene, 1996- Guia Prático do Alfabetizador -1º Ed. – São Paulo: Ática, 2010.
- PORTO, Amélia; Soares, Maria Inês Bizzotto; - AROEIRA, Maria Luiza. Alfabetização Linguística; da teoria à prática. Belo Horizonte: Dimensão, 2010.
- SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.